

A ALFABETIZAÇÃO EM QUESTÃO

Entrevista com Leonor Scliar-Cabral

Nesta edição, a equipe da Língua Nostra teve a honra de entrevistar Leonor Scliar-Cabral, professora e pesquisadora emérita da Universidade Federal de Santa Catarina, reconhecida nacional e internacionalmente por trabalhos publicados no campo da Aquisição da Linguagem. Leonor presidiu várias associações, entre elas a Associação Brasileira de Linguística e a International Society of Applied Psycholinguistics.

A entrevista se deu em função de sua conferência de abertura no IX Seminário de Pesquisa em Estudos Linguísticos – SPEL, ocorrido na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB *campus* Vitória da Conquista em setembro de 2017 e, ainda, em função de suas preocupações atuais com os indicadores de alfabetização do Brasil, o que resultou na publicação pela entrevistada do método Scliar de Alfabetização, método fundamentado nas neurociências e na sua larga experiência como linguista.



Leonor Scliar-Cabral. Foto: divulgação

Equipe da Língua Nostra – Salvo algumas exceções, avaliações oficiais (entre as quais INAF, ANA, IDEB, PISA) mostram que o ensino/aprendizagem da língua materna no Brasil é precário, inclusive o inicial, nas classes de alfabetização. Em sua opinião, a que se deve esse cenário?

Leonor Scliar-Cabral: *Os resultados tanto nacionais quanto externos sobre a aprendizagem (pelos quais podemos inferir o ensino) do português brasileiro (PB) escrito (pois é esse que se tem ensinado e avaliado) demonstram a situação problemática a que chegamos: dois-terços da população não consegue compreender os textos que circulam socialmente, nem redigir um parágrafo necessário à obtenção de um emprego mais qualificado. Isso significa a maior exclusão imaginável, num mundo dominado pela informação, pois tal contingente não só deixa de ter acesso ao saber produzido, como aos acontecimentos, impedido de avaliá-los criticamente e, assim, de exercer a cidadania.*

Como chegamos a tal ponto?

Houve um fator, muito positivo, que foi abrir a escola para todos, tornando-a, até, obrigatória. No entanto, essa medida, fundamental para a democratização, não foi acompanhada (ou até precedida) das outras que garantissem sua efetividade:

1ª – mudança das políticas públicas sobre o ensino/aprendizagem do PB escrito (a questão epistemológica);

2ª - atualização dos currículos dos cursos onde são formados os professores do PB escrito, inclusive, dos alfabetizadores, com exigências maiores sobre a qualificação dos mesmos para o ingresso em tais cursos;

3ª – educação continuada do magistério atual, envolvido com o ensino/aprendizagem do PB escrito, inclusive, dos alfabetizadores, incorporando os achados das ciências de ponta que se ocupam da linguagem verbal e seu processamento: a linguística, a psicolinguística, a sociolinguística, a neuropsicologia e a neurociência;

*4ª - rigor na avaliação do material pedagógico adquirido pelo MEC para ser distribuído às escolas: não se restringir, apenas, a verificar se o livro contém qualquer conteúdo preconceituoso, mas, também, verificar se os autores têm o conhecimento mínimo sobre o Português Brasileiro (PB), a fim de evitar o festival de asneiras cometido contra o aprendiz, o que, em minha opinião, é uma das causas principais do descalabro ao qual chegamos. Chega de editoras faturarem milhões “ensinando” que o PB tem cinco vogais, **a, e, i, o, u**, pois sequer sabem a diferença entre letra e som, para não falar em fonema ou grafema (isso já seria exigir muito)! Chega de pedirem às crianças para “separar as sílabas” em **car-ro**, confundindo separação silábica com*

regras de translineação (normas para mudar de linha, quando não há mais espaço para escrever toda a palavra)!

Equipe da Língua Nostra - O que a senhora entende por mudança das políticas públicas sobre o ensino/aprendizagem do PB escrito (a questão epistemológica)?

Leonor Scliar-Cabral: *É preciso que se entenda que as políticas públicas sobre o ensino/aprendizagem do PB escrito são ditadas pelo grupo que detém o poder para tal, o qual, há muitos anos, defende o construtivismo ou socioconstrutivismo. Não se discutem, aqui, as valiosas contribuições dadas por Piaget e seus discípulos, através da epistemologia genética, a melhor compreensão de como a criança constrói o conhecimento sobre várias categorias como a sintaxe, os grandes espaços, a matemática ou, mesmo, a escrita e, sim, a forma errônea como ela vem sendo aplicada ao ensino/aprendizagem do PB escrito, em especial, à alfabetização, no Brasil, pecando, exatamente, na questão epistemológica.*

Para que se entenda por que devemos reformular as bases epistemológicas da educação, é necessário ter bem claro do que trata a epistemologia: ela é o ramo da filosofia que se ocupa em definir o que é o conhecimento, onde ele começa (se dos sentidos em direção à mente, como defendia Aristóteles, ou da mente em direção aos sentidos, como postulava Platão); se o conhecimento é inato, determinado biologicamente pela estrutura e funcionamento do cérebro, ou se depende exclusivamente da experiência (como defendem Skinner e os comportamentalistas), ou se depende de ambos, havendo uma interação entre cérebro e cultura, conforme explica Changeux (2012, p. 9),

a tradição ocidental estabeleceu uma separação – que eu não hesitaria em qualificar como trágica – entre as ciências do homem e as ciências biológicas, a tal ponto que por muito tempo houve um acordo em opor o biológico ao cultural, a natureza à cultura, os genes à aprendizagem... no homem, o cultural não pode ser pensado sem o biológico e que o cerebral não existe sem uma impregnação poderosa do ambiente.

Já deu para concluir que uma das causas do insucesso na educação, ou seja, as políticas públicas sobre o ensino/aprendizagem do PB escrito, os fundamentos científicos sólidos do educador/a, o método (SCLIAR-CABRAL, 2013) e o material pedagógico, reside no fato de as políticas públicas da educação ignorarem e até rejeitarem a inter-relação entre

cérebro e ambiente. Então, por exemplo, nos materiais do PNAIC (2013), nos Cadernos de Alfabetização em Língua Portuguesa, com os quais foram enviadas, só na 1ª remessa de Alfabetização na idade certa. Parte 1, 9.924 caixas para as escolas públicas em 09.09.2013 (ainda foram remetidas a Parte 2 e uma Segunda remessa, na mesma data e mais outra Distribuição e Redistribuição em 01/10/2013, todas por SEDEX), não há nenhuma menção, nem explícita ou implícita de que os neurônios da leitura têm que aprender a assimetrizar a direção dos traços gráficos que formam as letras, para reconhecer a diferença entre b/d, nem de que o reconhecimento de quais, quantos e como se combinam os traços que formam as letras e dos valores dos grafemas do Português Brasileiro (PB) escrito têm que ser automatizados para liberar o processamento dos níveis criativos, de acordo com a arquitetura das redes neurais para o processamento da linguagem verbal. Os “teóricos” que alimentam o PNAIC têm verdadeira repulsa quando se fala em automatização, porque, decerto, acreditam que, quando falamos, pensamos conscientemente se vamos cerrar os dois lábios para produzir o primeiro segmento de bala, ou se vamos deixar uma pequena fresta entre o lábio inferior e a arcada dentária superior para produzir o primeiro segmento de fala. Não sabem que, para o leitor ser fluente, única forma de entender o que lê, ele não pode titubear para reconhecer uma palavra que está vendo pela primeira vez (os textos que circulam socialmente estão cheios delas) e, por isso, tal leitor tem que ter automatizado o reconhecimento dos traços que formam as letras e dos valores dos grafemas do português brasileiro (PB) escrito.

Por isto, apesar dos milhões de livros distribuídos aos alunos do Ciclo da Alfabetização e dos respectivos Cadernos de Alfabetização em Língua Portuguesa aos professores das escolas públicas, dos 2,3 milhões de crianças avaliadas pela ANA no 3º ano do ensino fundamental, conforme Foraque (2015), um quinto não sabe ler. Diga-se, de passagem, que o município que encabeça a lista daqueles para os quais foi enviada a 1ª remessa das caixas contendo Alfabetização na idade certa, Parte 1 foi São Miguel dos Milagres, em Alagoas, o estado que se saiu pior, na avaliação da ANA (INEP, 2013).

Então, é preciso reformular as bases epistemológicas que sustentam as políticas da educação no Brasil, exemplificadas com a alfabetização: a criança, sozinha, não vai descobrir os princípios dos Sistemas de Escrita Alfabética (SEA), como querem os construtivistas, pois, para isto, é necessário que os neurônios da leitura sejam reciclados, o que não é uma aprendizagem fácil e intuitiva.

Equipe da Língua Nostra - O que a senhora entende por mudança dos currículos dos cursos onde são formados os professores do PB escrito, inclusive, dos alfabetizadores, com exigências maiores sobre a qualificação dos mesmos para o ingresso em tais cursos?

Leonor Scliar-Cabral: *Entendo que os currículos atuais não estão capacitando os alunos a se tornarem professores que se sintam seguros para o ensino/aprendizagem do PB escrito, inclusive, dos alfabetizadores, porque, no caso dos futuros professores de Língua Portuguesa, faltam disciplinas que descrevam as diferenças entre o sistema oral e o escrito do PB, bem como sobre o processamento de ambos; são necessárias disciplinas, como a psicolinguística, que desenvolvam as estratégias de leitura para que os alunos estejam aptos a compreender não só os textos das demais matérias do currículo, como também os textos que circulam socialmente; da mesma forma, são necessárias disciplinas, como a psicolinguística e a sociolinguística que ensinem os alunos a planejar seus textos de acordo com as finalidades pragmáticas a que se propõem e de acordo com o(s) tópico(s), o(s) destinatário(s), o gênero, o suporte e a situação comunicativa. É necessário, sobretudo, que a gramática seja ensinada para que o aluno saiba monitorar o que escreve, fazendo com que ele não sinta pânico toda a vez que for obrigado a escrever e, de posse de instrumentos seguros, possa evitar que seu futuro leitor nem entenda o que escreveu.*

*Quanto aos alfabetizadores, os atuais currículos são um desastre: para se ter uma ideia, tomemos como exemplo a FAEL que, num Curso de Pedagogia, com **uma carga horária de 3800 h/a, oferece apenas 100 h/a para Alfabetização e Letramento, quando o futuro mediador deveria aprender como reconhecer as letras do alfabeto, o sistema fonológico do PB (consoantes, vogais, encontros vocálicos, a sílaba e o vocábulo fonológico, atribuição do acento de intensidade) e sua relação com os grafemas do PB escrito (Princípios do sistema alfabético do PB); processamento na leitura e na escrita; as principais dificuldades na alfabetização; métodos de alfabetização; análise de material pedagógico; educação integral e integrada e assim por diante?***

Concluo a entrevista com a indagação de Magda Soares (2016, p. 10): “por que as crianças das camadas populares recebem uma educação de pouca qualidade”?

Equipe da Língua Nostra – **Quais referências sugere aos leitores de Língua Nostra acerca dos tópicos destacados nesta entrevista?**

CHANGEUX, J.-P. “Prefácio”. In: DEHAENE, S. **Os Neurônios da Leitura**. Consultoria, tradução e supervisão de L. SCLIAR-CABRAL. Porto Alegre: Penso, p. 9-14, 2012.

FAEL. **Matriz Curricular**. Disponível em <http://fael.edu.br/cursos/todos/pedagogia/matriz-curricular/?s=Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o+e+Letramento>. Acesso em 09/10/2017.

FORAQUE, F. Uma em cada criança não sabe ler aos oito anos. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 19 set. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/09/1682956-57-dos-alunos-de-oito-anos-tem-baixo-aprendizado-em-matematica.html>>. Acesso em: 10 out. 2015.

INEP (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS) **Nota explicativa. Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA 2013**. Brasília, 2013. INEP. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/ana/resultados/2013/nota_explicativa_ana_2013.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

SCLIAR-CABRAL, L. A desmistificação do método global. **Letras de Hoje**. Online. vol. 48, nº 1, ps. 6-11, jan./mar, 2013.

SOARES, M. **Alfabetização: a questão dos métodos**. São Paulo: Contexto, 2016.

PNAIC/MEC. **Remessa pelos Correios de Alfabetização na idade certa**. Parte 1, 2013. <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Alfabetizacao%20na%20Idade%20Certa_1%20Remessa_Correios%2009.09.13%20parte1.pdf>. Acesso em: 29/09/2017.